

DESLOCAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS EM ANÁLISE DE DISCURSO E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A POSIÇÃO DO PESQUISADOR

THEORETICAL-CONCEPTUAL SHIFTS IN DISCOURSE ANALYSIS AND THEIR IMPLICATIONS FOR THE RESEARCHER

Michelle Silva de Lima Delfino¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a ruptura realizada pela Análise de Discurso na vertente materialista, com relação ao paradigma positivista que orientou a constituição da linguística no século XX, ressaltando a sua implicação para o investigador da AD. A partir de uma revisão teórico-conceitual tomando como base as obras de Pêcheux (1969 [1990], além de Orlandi (2005, 2015), Malidier (1997), entre outros autores, examinamos os principais fundamentos e seus efeitos sobre a prática analítica, com destaque para as noções de discurso, sujeito e texto. Assim, em contraste com a tradição estruturalista, que delimita a língua como objeto asséptico e sistematizável, observa-se que a Análise de Discurso reinscreve a história, a ideologia e o sujeito no processo de produção de sentidos, deslocando o foco para o discurso como movimento histórico e ideológico. Concluímos que a AD se configura como um gesto teórico-metodológico de natureza transdisciplinar, que desafia o pesquisador a assumir a sua inscrição ideológica e a ultrapassar os limites do positivismo científico nas práticas de estudos de linguagem.

Palavras-chave: Análise de discurso; ideologia; pesquisador.

Abstract: This article aims to discuss the rupture carried out by materialist Discourse Analysis in relation to the positivist paradigm that guided the constitution of linguistics in the twentieth century, highlighting its implications for the DA researcher. Based on a theoretical and conceptual review drawing primarily on Pêcheux (1969 [1990], 1983), as well as Orlandi (2005, 2015), Malidier (1997), among others, this study examines the main foundations of Discourse Analysis and their effects on analytical practice, with emphasis on the notions of discourse, subject, and text. In contrast with the structuralist tradition, which frames language as an aseptic and systematizable object, Discourse Analysis reinscribes history, ideology, and the subject into the process of meaning production, shifting the focus from text to discourse as a historical and ideological movement. We conclude that Discourse Analysis takes shape as a transdisciplinary theoretical-methodological gesture that challenges the researcher to acknowledge their ideological inscription and to move beyond the limits of scientific positivism in language

¹ Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora de Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2105950427255720>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4881-2345>. Email: michelle.delfino@rioeduca.net.

studies.

Keywords: Discourse analysis; ideology, researcher.

Submetido em 1º de março de 2026.

Aprovado em 22 de abril de 2026.

Introdução

A proposta deste artigo versa sobre a posição ocupada pelo pesquisador praticante de Análise de Discurso (AD) na vertente materialista, sobretudo diante das tensões que se instauram quando esse sujeito deixa de ser concebido dentro de opções metodológicas marcadas por uma incessante busca por objetividade ao promover o pretensão apagamento de qualquer traço de subjetividade do pesquisador diante do seu objeto em investigação. Propomos, nesse sentido, refletir sobre como a AD rompe com a formulação epistemológica dos estudos em ciências humanas e sociais que, a partir do século XX, foram constituídos sob a hegemonia do paradigma de ciência positivista.

Em primeiro lugar, apresentamos o desenvolvimento histórico da Análise de Discurso (AD), ressaltando seu surgimento em contraste com perspectivas que marcaram os estudos de língua e linguagem fundamentados no paradigma positivista. Nesse movimento, evidencia-se o rompimento com um modelo que excluía a subjetividade do pesquisador e concebia a língua como objeto asséptico, para dar lugar a uma perspectiva que reinscreve a história, a ideologia e o sujeito no processo de produção de sentidos. Dessa forma, destaca-se a concepção da AD como uma ruptura em relação às práticas científicas que marcaram as ciências humanas e os estudos da linguagem ao propor um modo de compreender a relação entre a língua, o sujeito e a história.

Em segundo lugar, buscamos examinar de que forma os principais conceitos da AD podem ser mobilizados pelo pesquisador, mostrando de que maneira tais noções orientam sua prática diante do seu objeto de estudo. Interessa-nos, portanto, compreender como as noções de discurso, sujeito, língua e ideologia articulam-se no

seio dessa teoria para explicitar os pressupostos que sustentam a análise. Para tanto, recorreremos um amplo referencial teórico que inclui a obra inaugural de Pêcheux (1969[1990]), além de Pêcheux (1983), Orlandi (2005), Malidier (1997) e Dela-Silva, Lunkes, Garcia e Baalbaki (2022) e outros.

Importa, assim, destacar as implicações dessa perspectiva para a posição do pesquisador diante de um objeto que não é homogêneo, mas historicamente determinado e sujeito a deslocamentos. Em vista disso, a reflexão que se segue procura demonstrar como a prática em AD se configura como um gesto teórico-metodológico que desafia o analista a romper com o modelo de ciência, exigindo que ele reconheça sua própria inscrição ideológica no processo de interpretação.

Seguindo esses pressupostos, a investigação aqui desenvolvida busca, em uma pesquisa de caráter teórico-conceitual, apresentar o movimento de reformulação do próprio objeto de estudo da linguagem que deixa de ser concebido como um sistema estável e homogêneo para ser entendido em sua relação indissociável com a ideologia e a história. Nesse movimento, se instaura a ruptura da AD marcada pelo surgimento do discurso como objeto e pela reformulação da noção de sujeito, aspectos que serão examinados nas seções subsequentes.

1. Da constituição da Linguística à ruptura da Análise de Discurso

O interesse pela compreensão do funcionamento da língua e da linguagem não é algo recente na história. Como afirma Weedwood (2002), pelo menos desde o advento da escrita já se pode reconhecer esse interesse, que posteriormente encontra terreno fértil para florescimento da filosofia da linguagem na Grécia antiga, cujos rastros permanecem uma influência presente na cultura ocidental. Entretanto, é apenas a partir do início do século XX que se estabelece o desenvolvimento da linguística como uma área de estudo com status de ciência, sobretudo com os fundamentos propostos pelo estruturalismo saussuriano, que delimita a língua (*langue*) como objeto central de investigação devido à sua condição de objeto sistêmico e objetivo que, em contraste com a fala (*parole*) individual e variável, aparenta ser passível de isolamento, descrição e análise científica, conforme os parâmetros de cientificidade valorizados pelo paradigma de ciência positivista.

Não obstante, os traços desse paradigma de ciência não se limitam à concepção saussuriana. Como observa Maldidier (1997), nos anos 1960, o cenário europeu se via dominado pelo estruturalismo, mas, ao mesmo tempo, assistia à emergência do gerativismo, concebido como um projeto de investigação formalista e universalista que seria a “esperança científica” da linguística, em um momento no qual o modelo estruturalista já dava sinais de esgotamento. Cabe ainda mencionar a existência de uma variedade de abordagens em prática de leitura ancoradas na concepção epistemológica conhecida como Análise de Conteúdo que se desenvolve nos Estados Unidos a partir da influência da filosofia behaviorista (ROCHA, DEUSDARÁ, 2005). Assim, é nesse cenário, marcado por vertentes inscritas no ideal de cientificidade, isto é, em uma ciência dura, de herança iluminista, que Michel Pêcheux introduz sua proposta, instaurando a ruptura teórica que fundamenta a sua Análise de Discurso materialista.

Certamente Michel Pêcheux tinha consciência da tarefa transgressora que assumia ao propor os fundamentos da AD. Além de ter desenvolvido uma nova abordagem no campo dos estudos da linguagem, é perceptível que seu projeto implicava uma crítica rigorosa às ciências sociais e humanas de sua época, que, segundo ele, encontravam-se deslocadas de uma análise realmente articulada aos fatos históricos e sociais. Não à toa, Pêcheux chega a identificar-se como um “cavalo de troia” (PEREIRA, 2007), imagem que remete à estratégia com a qual os gregos invadem a cidade de Troia e vencem a guerra durante o lendário conflito entre gregos e troianos, datado entre os séculos XIII e XII a. C. Por meio dessa metáfora, o filósofo interpreta o “seu manifesto metodológico” (BERTI-SANTOS, 2013, p. 215) como uma espécie de estratégia de guerra, utilizando-se de sua “arma científica da linguística” (MALDIDIER, 1997, p. 18) com o intuito de se infiltrar no campo das Ciências sociais e, internamente, romper com os pressupostos positivistas então predominantes. Dessa forma, na concepção de Orlandi (2005):

Em uma proposta em que o político e o simbólico se confrontam, essa nova forma de conhecimento coloca questões para a Linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as Ciências Sociais, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam. Dessa maneira, os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística. (ORLANDI, 2005, p. 16).

A emergência da AD, conseqüentemente, não se dá por um processo harmonioso, mas ocorre em um contexto político e intelectual de grande turbulência. Na França, terra de Pêcheux, as agitações universitárias e sindicais culminaram nas Jornadas de Maio de 1968, marco decisivo não apenas para a história do país, mas também para o campo das ciências humanas (INDURSKY, 2019, p. 159). Um cenário de contestação política que favoreceu o questionamento dos modelos tradicionais de ciência, sob a justificativa de que estes estariam deslocados da realidade político-social, cujas transformações exigiam do pesquisador novas formas de compreender e agir sobre os processos históricos e políticos.

A Análise de Discurso constitui-se, dessa forma, como uma proposta de teoria crítica da linguagem se afastando decisivamente de concepções formalistas ou descritivas. Em vez disso, parte do entendimento de que as teorizações devem considerar como essenciais as determinações ideológicas, sociais e históricas que atravessam a produção do discurso, uma vez que suporta a inseparabilidade entre a realidade e a produção do conhecimento. Nesse sentido, propõe-se um deslocamento teórico-metodológico em oposição ao modelo de ciência positivista, inaugurando um novo horizonte que torna insustentável a ideia de um objeto de estudo isolado de determinações externas, assim como a percepção do pesquisador imune aos processos ideológicos.

Diante desse novo horizonte, a Análise de Discurso opera ressignificações de noções como discurso e texto, em especial por considerar a historicidade e as imbricações ideológicas que regem o processo de produção do sentido. Em primeiro lugar, interessa-nos explicitar a noção de discurso visto se tratar do conceito que marca a separação epistemológica da área e a delimitação do seu objeto próprio: não a língua como sistema nem o texto tomado isoladamente, mas o discurso. Pêcheux (1990) considera que o discurso está vinculado às condições de produção e não pode ser reduzido a uma simples sequência de frases, ou seja, não há, aqui, equivalência com a noção de texto. Isso quer dizer que o texto é compreendido como uma unidade linguística e como o objeto empírico do qual o analista parte em sua investigação, ou

em outras palavras, o texto é a via pela qual o analista chega no seu objeto real, o discurso, que é concebido como movimentos de sentido que atravessam o(s) texto(s).

Esses sentidos, no entanto, não estão dados de forma transparente ou imediata, razão pela qual não cabe ao analista procurar um significado oculto por trás do texto. Sua tarefa é, na verdade, compreender como os sentidos se constituem ao integrar o elemento linguístico às dimensões histórica e ideológica, isto é, realizando aquilo que Malidier (2011, n.p.) caracteriza como trabalho de “intervenção de conceitos exteriores à linguística”. Para uma definição de discurso, recorreremos à Orlandi (1986), cujo sentido que se defende é o seguinte: “discurso é o enunciado formulado em certas condições de produção, determinando um certo processo de significação”, portanto, como defende de Pêcheux (1969), a AD preocupa-se justamente com os efeitos de sentido que emergem dessas trocas entre interlocutores.

Para essa abordagem, então, “há uma relação constitutiva entre o discurso e sua exterioridade” (ORLANDI, 1986, p. 110), o que implica dizer que o discurso não se limita ao texto como forma linguística. A formulação do objeto nesses termos não é trivial: ela produz um deslocamento da unidade de análise uma vez que se adota a noção de discurso como “uma dispersão de textos que seu modo de inscrição histórico permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 1984 *apud* ORLANDI, 1986, p. 117). Desse entendimento decorre que haveria uma pluralidade de textos para constituir um discurso, mas, por outro lado, um texto pode ser atravessado por diversos discursos.

Uma consequência desse modo de conectar o texto e sua exterioridade incide sobre a noção do sujeito na AD. A posição do sujeito deixa de ser tomada como origem do seu dizer e passa a ser compreendida como efeito das condições históricas e ideológicas de produção do discurso. Nessa perspectiva, portanto, o sujeito está sempre atravessado por determinações exteriores que o constituem, ainda que ele permaneça na ilusão de ser a origem absoluta do seu dizer (PÊCHEUX, 1983). É justamente essa ilusão que demonstra a eficácia do funcionamento ideológico, pois, ao acreditar que fala de modo autônomo e transparente, o sujeito naturaliza os sentidos com os quais se constitui tanto na formação discursiva da qual se apoia quanto na posição de sujeito que ocupa. Assim, como destaca Orlandi (1999), a evidência de que somos a origem do

nosso dizer não seria nada além de uma construção ideológica que sustenta a ilusão de sua autonomia e oculta o seu assujeitamento discursivo.

Desse modo, a AD evidencia que a relação entre sujeito e discurso é indissociável da ideologia, sendo indispensável pensar o sujeito não apenas como instância de enunciação, mas sobretudo como efeito de processos históricos e ideológicos. A partir desse ponto se estabelece a articulação que o analista pretende observar ao perceber os cruzamentos da linguagem com a ideologia e história. Assim, a AD configura um campo de análise que problematiza a noção de neutralidade científica rompendo com a ideia de um sujeito plenamente consciente, livre e transparente. Faz parte do trabalho do analista mapear essas movimentações discursivas, explicar suas condições de produção, entretanto, sem esquecer de reconhecer sua própria implicação ao processo interpretativo. Com esse gesto se garante uma prática rigorosa de análise evitando cair na ilusão de uma postura de neutralidade discursiva.

2. O pesquisador e o seu gesto analítico

A consolidação da linguística como campo de estudo autônomo, atendendo aos critérios do paradigma moderno de ciência é um fato que constitui um marco decisivo para o desenvolvimento das ciências humanas e sociais a partir do século XX. Nesse contexto, a concepção de linguística assentada no paradigma estruturalista desempenhou um papel definidor ao delimitar com precisão tanto um objeto de estudo (a língua) quanto a metodologia a ser empregada (o estruturalismo). Foi então, a partir das concepções de Ferdinand de Saussure, sistemizadas no seu *Cours de Linguistique générale*, que a linguística passou a ser concebida como uma ciência autônoma, mas também reconhecida como uma ciência piloto capaz de fornecer orientação a outras áreas do saber como a Antropologia, a Sociologia e a Psicanálise.

Saussure, em seu Curso, estabelece que o objeto de estudo da linguística deveria ser a língua; uma vez que, em contraste à faculdade da linguagem, ela é entendida como um conjunto heterogêneo de elementos multiformes e irregulares, cuja complexidade provocaria o atravessamento de distintas áreas de saber. Assim, a definição de língua como um sistema de signos que exprime ideias (SAUSSURE, 1916, p. 24), e a distinção entre *langue* e *parole* – sendo *parole* individual e concreta, e *langue* social e sistemática

– consagrou a *langue* como o verdadeiro e único objeto passível de estudo científico no campo das ciências da linguagem. Essa delimitação do objeto da linguística serve então, como observa Pêcheux (1990), à sistematização da área possibilitando o tratamento científico o que, para Saussure:

[...] consiste precisamente em separar essa homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem: a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema*, deixa de ser compreendida como tendo função de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual a ciência pode descrever o *funcionamento* (retomando a metáfora do jogo de xadrez utilizada por Saussure para pensar o objeto da linguística, diremos que não se deve procurar o que cada parte significa, mas quais são as regras que tornam possível qualquer parte, quer se realize ou não) (PÊCHEUX, 1990, p. 62, grifos do autor).

Então, para evitar a dissolução da linguística em um campo demasiadamente amplo e impreciso, Saussure propõe um recorte do objeto que possibilite um tratamento sistemático deste dentro do modelo de análise estrutural, conferindo-lhe rigor científico. Esse gesto é revelador de uma formulação metodológica cuja pretensão seria inscrever a linguística no campo das ciências modernas, um feito que exigia tanto uma delimitação de um objeto autônomo, isolado de quaisquer atravessamentos externos – sobretudo das impressões ideológicas do próprio pesquisador -, quanto a fundamentação de uma consistente base teórica. A operação, conseqüentemente, é marcada pela constituição positivista de ciência e inspirada nos modelos de ciências naturais e exatas (áreas mais quantificáveis), consolidando-se dentro de uma estrutura que pressupunha a neutralidade científica e a completa supressão da subjetividade do sujeito pesquisador.

Tal perspectiva encontra ressonância na descrição de Rocha e Deusdará (2005) acerca de determinadas práticas de análise no campo das ciências humanas. Os autores ressaltam que a postura se ancora em um modelo rígido de investigação que se sustenta na crença na neutralidade e que, em suas palavras:

[...] se caracteriza inicialmente pelo equívoco clássico de associar análise quantitativa e “objetividade”, algo que pode ser observado no grande número de estudos pautados por essa orientação. Mais que isso, há sempre um patrulhamento no sentido de não só preservar a objetividade, mas também afastar qualquer indício de “subjetividade” que possa invalidar a análise. Aproximar-se da neutralidade equivale, nesses termos, a sustentar-se como ciência. O analista seria, portanto, um detetive munido de instrumentos de

precisão para atingir a significação profunda dos textos (ROCHA, DEUSDARÁ, 2005, p. 309).

No entanto, com a abertura do campo de estudos da linguagem para o diálogo com psicanálise e o materialismo histórico, movimento intensificado após os acontecimentos de 1968, na França, instaura-se o questionamento acerca dessa noção de neutralidade científica e da crença na anulação do pesquisador diante do processo de construção do conhecimento. É nessa conjuntura que a análise de discurso materialista, em especial a partir das reflexões de Michel Pêcheux, introduz uma ruptura decisiva nos estudos de linguagem ao apresentar a noção de discurso como o “ponto de encontro entre o ideológico e o linguístico” (MITTMANN, 2007, n.p.) e a noção de sujeito como necessariamente atravessado pelas condições históricas e sociais na produção de sentidos.

Por meio da sua reinvenção dos instrumentos de análise, Pêcheux coloca sob suspeita a base da linguística como ciência quando percebe que ela buscava universalidades desvinculadas da história (ORLANDI, 1986, p. 111), criticando, assim, o deslocamento dos fatos sociais e históricos das ciências sociais de sua época. Uma das problemáticas levantadas por ele tem a ver com a ilusão da autodeterminação do sujeito, ou seja, como a crença de que o sujeito seria origem de seus próprios sentidos e de que ele seria plenamente consciente e autônomo em relação ao seu dizer. Para a Análise de Discurso materialista, ao contrário, o sujeito é sempre atravessado pela ideologia e constituído pelas condições históricas e sociais que o precedem, de modo que o sentido não emana dele, mas se produz na interação entre língua, história e ideologia. Dessa forma, como sintetiza Pêcheux (1983), ao não reconhecermos os processos históricos e ideológicos que constituem o discurso e os sujeitos, vivemos sob a “ignorância das causas que nos determinam” (PÊCHEUX, 1983, p. 314).

Logo, a Análise de Discurso posiciona-se na contramão da promessa de uma linguística fundada sobre um objeto supostamente estável e homogêneo, definido como um sistema capaz de exprimir sentidos de maneira universal e regular (SAUSSURE, 1916, p. 62). Dentro dessa perspectiva caberia apenas descrever o funcionamento da língua, identificar as regras internas que regem o sistema ou, ainda, buscar os sentidos já dados mediante a “higienização” desse objeto, isto é, da sua redução a um recorte

formal isolado de atravessamentos históricos, ideológicos e sociais, gerando o que seria, na fala de Pêcheux, uma língua completamente asséptica (INDURSKY, 2019, p. 162).

A concepção de Análise de Discurso, contudo, não surge em um movimento de aderência ou como um apêndice complementar à linguística, mas formula-se sobre a esteira de um compromisso com uma teoria crítica da linguagem (ORLANDI, 1986). Esse posicionamento gera tensão em seu contato com a linguística e com outros campos das ciências humanas e sociais, considerando que sua proposta não é complementar e sim de ruptura, de mudança de terreno (ORLANDI, 1986). Seu deslocamento se manifesta, em primeiro lugar, na redefinição do objeto de estudo. Para a AD, o objeto não seria nem a língua, nem o texto, tampouco a fala como elementos isolados, mas o discurso, entendido aqui, nas palavras de Orlandi (2015, p. 21), como “o entremeio entre a língua e a história”.

Diante dessa perspectiva, torna-se suspeita a posição do sujeito pesquisador que se ancora na perspectiva positivista de ciência, ou seja, o pesquisador que pretende se ausentar de sua própria responsabilidade discursiva assumindo o lugar de um observador neutro e ausente. Esse sujeito, ao se colocar de fora do processo de produção de sentidos, constitui-se por meio da ilusão de uma objetividade científica, apagando o fato de que todo dizer é historicamente situado e atravessado por ideologias. A AD materialista, recusando essa anulação do sujeito, compreende que o pesquisador é afetado pelo inconsciente e pela ideologia e, portanto, deve produzir na sua análise “um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação” (ORLANDI, 2005, p. 61), o que, entretanto, não significa apagar a implicação do pesquisador, mas sim reconhecer a condição constitutiva do próprio ato de interpretação.

Uma forma de observar esse apagamento do sujeito pesquisador em textos acadêmicos é por meio da defesa de um princípio de cientificidade cujo padrão de escrita, amplamente defendido em manuais de escrita acadêmica, privilegia qualidades como “precisão, clareza, imparcialidade” (MÜLLER; CORNELSEN, 2003, p. 92). Entretanto, a busca por precisão, clareza e imparcialidade costuma se apoiar na separação entre o sujeito cognoscente (pesquisador) e o objeto cognoscível (objeto pesquisado), de modo a produzir um efeito de objetividade. Tal operação pode ser observada em estratégias retóricas como o uso da terceira pessoa, de construções

impessoais ou de voz passiva, recursos mobilizados com o intuito de sustentar o pressuposto de uma realidade objetiva a partir da qual se buscaria garantir a confiabilidade da argumentação, ainda que essa objetividade não passe de um efeito discursivo que encobre determinações históricas e ideológicas implicadas nos gestos do pesquisador.

Assim, configura-se a estrutura paradoxal da prática de pesquisa em Análise de Discurso. Paradoxal no sentido de que, ao mesmo tempo em que se procura produzir conhecimento sobre a realidade social e histórica, reconhece-se que o próprio pesquisador não pode estar fora dela. Ao problematizar a posição do sujeito-pesquisador e a ilusão de neutralidade herdada do modelo estruturalista, evidencia-se que a Análise de Discurso, de fato, rompe com os pressupostos da linguística saussuriana e das demais perspectivas assentadas no paradigma positivista de ciência.

Nesse contexto, como observa Berti-Santos (2013), Pêcheux dá um passo decisivo ao desvincular-se das teorias objetivistas e, em resposta, elabora conceitos capazes de explicar os atravessamentos de sentidos que constituem o discurso. Com os conceitos de formação discursiva e formação ideológica, por exemplo, Pêcheux pretende compreender as condições de produção, ou seja, a relação entre o que é dito e o lugar social, histórico, político por onde se tecem os sentidos emergentes. As formações discursivas correspondem a esse lugar de produção no qual se delimitam tanto o que pode e não pode ser dito, quanto a posição dos sujeitos, de modo que um mesmo enunciado, a depender de quem o profere e do lugar que ele ocupa, pode adquirir sentidos muito distintos.

Relacionadas às formações discursivas, as formações ideológicas agem auxiliando no recorte do que pode ser dito pois, a partir delas se definem os limites dos significados possíveis e as posições que os sujeitos ocupam no interior de um discurso (PRUINELLI, 2020, p. 116). Ao tratar das condições de produção, de um modo geral, Pêcheux (1990, p. 77) mostra que o sentido de um mesmo enunciado pode variar radicalmente conforme o lugar social e político de quem o enuncia, pois “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1990, p. 77).

Para dar conta desse funcionamento discursivo, Pêcheux propõe a noção de “sujeito capturado” (PÊCHEUX, 1983), descrito por ele, como um sujeito constituído por forças sociais e históricas e que, embora apresente uma aparente autonomia, fala sempre de um lugar determinado dentro da formação discursiva na qual está inscrito. Dessa forma, se o discurso se organiza diante de tais condições, a análise deve acompanhá-las: descrevendo as condições de produção, identificando formações discursivas e ideológicas que autorizam ou interditam discursos, mas, sobretudo, mantendo-se em movimento, num ir e vir entre o corpus e a teoria - do enunciado à formação discursiva, do texto ao interdiscurso, da formulação aos efeitos de sentido, do dito ao não dito, do eu para o outro, da descrição para a interpretação. Porém, ao mesmo tempo, é preciso considerar a implicação do analista nesse processo.

Orlandi (2005) enfatiza de maneira sistemática a reflexão sobre a posição do analista, o que se observa da sua defesa por uma postura de suspensão ou, em outras palavras, uma posição de deslocamento necessária para que se possa ler o discurso sem pretender manter uma via de neutralidade. A autora afirma que “o analista trabalha nos limites da interpretação” (ORLANDI, 2005, p. 62) ao realizar teorizações que permitem acessar o espaço tenso entre a descrição a interpretação e o que se busca, portanto, é explicitar os modos de produção de sentidos no discurso, reconhecendo a implicação subjetiva do analista, mas procurando torná-la produtiva para que a análise se realize “da forma menos subjetiva possível” (ORLANDI, 2005, p. 63). Esse gesto ressalta a alteridade do pesquisador não como observador externo e neutro, mas como sujeito implicado que, ao assumir sua condição, pode mostrar como os sentidos se constituem historicamente.

Com isso, concluímos que o trabalho analítico nunca será neutro ou transparente, assim, cabe ao analista assumir uma postura de deslocamento que lhe permita ver os processos de significação sem recorrer a ilusão da neutralidade. Por meio desse gesto, o analista reconhece que sua interpretação não revela um sentido oculto previamente dado, mas acompanha o modo como os sentidos se constituem sempre consciente do fato de que ele também é “afetado pelo ideológico” (MITTMANN, 2007, n.p.). O gesto analítico pressupõe, portanto, um trabalho duplo de descrição e de interpretação na qual o pesquisador se coloca em movimento formulando perguntas que

possam ajudá-lo a evidenciar os atravessamentos ideológicos e os processos de construção históricos que constituem o discurso.

Diante desse quadro teórico aqui exposto, é possível dizer com segurança que não existe uma receita de bolo a ser seguida na prática de Análise de Discurso, o que certamente representa um dos maiores desafios para o analista. Apesar de Mittmann (2007) e Orlandi (2005) apresentarem o gesto analítico como fundamentalmente um trabalho de leitura e interpretação, as autoras ressaltam que as leituras não podem ser realizadas sem um suporte teórico consistente, caso contrário, reduziriam a análise a uma mera descrição de texto, incapaz de alcançar a construção discursiva em profundidade, além de suas condições histórico-sociais de produção.

Para tanto, Mittmann (2007) reforça que é necessário trabalhar de modo “arqueológico”, construindo percursos de interpretação que ultrapassem os limites da materialidade linguística para revelar processos ideológicos e os contatos com os já ditos em outros lugares e em outros momentos que se relacionam com o discurso em análise. Orlandi (2005), por sua vez, nos lembra que o paradoxo da posição do analista é constitutivo do próprio gesto: ele sabe que não está de fora do discurso, mas deve assumir a posição metodológica que lhe permita olhar para ele como se estivesse. Nesse jogo, reconhece-se que a análise não é neutra nem transparente, mas é um processo em que teoria, história e ideologia se entrecruzam.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, buscamos refletir sobre a posição ocupada pelo pesquisador praticante de Análise de Discurso materialista, destacando como essa perspectiva rompe com a promessa de neutralidade científica que marcou a constituição da linguística no início do século XX. Se a linguística saussuriana se consolidou como ciência autônoma ao delimitar a *langue* como objeto isolado, descrito de modo asséptico e sistemático, a AD emerge como um gesto de deslocamento que reinscreve a história, a ideologia e o sujeito ao processo de análise da significação. Trata-se, portanto, de uma mudança de terreno, como observa Orlandi (1986), em que não se trata de complementar a linguística, mas de instaurar uma teoria crítica da linguagem.

A trajetória que percorremos no artigo mostra que a AD não se formula no

vazio, mas em um contexto político de muitas disputas e questionamentos aos paradigmas de ciência praticados até então. As jornadas de maio de 1968 na França, como lembra Indursky (2019), são exemplares desse momento de contestação, no qual as ciências humanas se viram desafiadas a rever as suas bases. É nesse cenário que Pêcheux se apresenta como um “cavalo de Troia” (PEREIRA, 2007), valendo-se da sua elaboração da AD para infiltrar-se no campo das ciências sociais e, internamente, promover críticas à sua postura positivista.

Nesse sentido, a AD constitui-se como uma ruptura ao rejeitar a ilusão de uma prática científica neutra e de um pesquisador imune aos processos ideológicos. Assim, o percurso analítico proposto por Pêcheux convida o pesquisador a assumir uma postura de permanente deslocamento e conduz “a Análise de Discurso a se afastar de uma concepção classificatória que dava um privilégio que se revela cada vez mais contestável aos discursos escritos oficiais ”legitimados” (PÊCHEUX, 1998, p. 48). Como enfatiza Pêcheux (1983), a evidência de que somos a origem do nosso dizer não seria nada além de uma construção ideológica que sustenta a ilusão da autonomia e oculta o assujeitamento do sujeito discursivo. Entretanto, é justamente nesse reconhecimento que se encontra a possibilidade de um gesto analítico crítico, comprometido com a desocultação das condições de produção do discurso e problematização do funcionamento ideológico que atravessa tanto o objeto quanto o próprio pesquisador.

Em suma, ao reinscrever a história e a ideologia na análise da linguagem, a AD desafia o pesquisador a romper com os limites impostos pelo cientificismo positivista, encorajando-o a reconhecer suas implicações no processo interpretativo. Esse gesto longe de ser um obstáculo, configura-se como um imperativo para a prática discursiva, visto considerar que “os sentidos e os sujeitos se constituem em um processo em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle e nos quais o equívoco – o trabalho da ideologia e do inconsciente – estão largamente presentes” (ORLANDI, 2005, p. 60).

Referências

- BERTI-SANTOS, M. O “cavalo de Troia” de Michel Pêcheux: considerações sobre a constituição da Análise de Discurso. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 13, n. 1, p. 211–227, 2013.
- DELA-SILVA, S.; LUNKES, F. L.; GARCIA, D. A. G.; BAALBAKI, A. Um novo objeto: o discurso. In: DELA-SILVA, S.; LUNKES, F. L.; GARCIA, D. A. G.; BAALBAKI, A. (orgs.). *Análise de Discurso: uma introdução*. Niterói: Eduff, 2022. p. 15–35.
- INDURSKY, F. A Análise de Discurso e sua história: percursos e deslocamentos. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.). *Michel Pêcheux e a Análise de Discurso: uma relação de nunca acabar*. Campinas: Pontes, 2019. p. 155–176.
- MALDIDIÉ, D. Elementos para uma história da Análise de Discurso na França. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 17–30.
- MALDIDIÉ, D. A inquietude do discurso: um trajeto na história da Análise do Discurso — o trabalho de Michel Pêcheux. In: SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (orgs.). *Legados de M. Pêcheux*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 39–62.
- MITTMANN, S. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 241–244.
- MÜLLER, Mary Stela; CORNELSEN, Julce Mary. *Normas e padrões para teses, dissertações e monografias*. 5. ed. Londrina (PR): Eduel, 2003.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1986.
- ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- ORLANDI, E. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002 [1983].
- PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p.311-319.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 61–87.
- PÊCHEUX, M. Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso. *Cadernos de Tradução do IL/UFRGS*, n. 1, 1998.
- PEREIRA, R. M. Michel Pêcheux: um cavalo de Troia nas ciências humanas. *Revista da ABRALIN*, v. 6, n. 1, p. 135–152, 2007.

PRUINELLI, A. M. Formação discursiva. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). Glossário de termos do discurso. Edição ampliada. Campinas: Pontes, 2020. p. 115–119.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *ALEA: Estudos Neolatinos*, v. 7, n. 2, p. 305–322, 2005.

SAUSSURE, F. de. Curso de Linguística Geral. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. (Coleção Na ponta da língua, v. 3).